

# XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

**GT-10 – Informação e Memória**

**AFINAL, OS OBJETOS FALAM? REFLEXÕES SOBRE OBJETOS, COLEÇÕES E MEMÓRIA**

***DO OBJECTS SPEAK AFTER ALL? REFLECTIONS ON OBJECTS, COLLECTIONS AND MEMORY***

Fabiano Cataldo – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro – Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** Este trabalho parte do questionamento acerca da fala simbólica dos objetos assentando a ideia de que estes estão relacionados às coleções - abordadas como representações da memória. Tanto o livro impresso quanto uma peça de indumentária são considerados motivadores de colecionismo e ao longo dos anos podem ser re-significados. O objeto possuído, transformado em suas funções, passa a carregar narrativas que engendram uma eloquência que reproduz sua vida social. Ao incluir na categoria de objeto o livro impresso, produto de uma manufatura, pretende-se, por meio de uma discussão que considera a Bibliografia Material e a História do Livro, analisar o seu papel no contexto da memória das coleções e dos indivíduos. A metodologia buscou deslindar, através de uma revisão de literatura, de que maneira as trajetórias e as memórias desses objetos se constroem e como eles as expressam, isto é, como falam. Percebeu-se que, seja numa peça de indumentária ou num livro, o passado sobrevive e dialoga a partir das marcas. No caso dos livros, as marcas de proveniência, que dão voz a objetos silentes em reservas técnicas ou bibliotecas. Ao finalizarmos, confirmamos nossa questão inicial com a assertiva de que os objetos são fundamentais para a rememoração e que colecioná-los é um ato contra a dispersão e o esquecimento.

**Palavras-Chave:** Objeto; Coleção; História do Livro; Bibliografia Material.

**Abstract:** This work starts from the question about the symbolic language of objects based on an idea that they are linked to collections - understood as representations of memory. Both the printed book and a piece of clothing are considered collection motivators and over the years can be re-signified. The possessed object, transformed in its functions, carries narratives that engender an eloquence that reproduces its social life. By including in the category of object the printed book, a product ~~fruit~~ of a manufacture, we intended to analyze its role in the context of the memory of collections and individuals - a discussion that considers the Material Bibliography and the History of the Book. The methodology sought to clarify, through a literature review, how the trajectories and memories of these objects are constructed and how they express them or, in other words, how they speak. We realized that, either in a garment or in a book, the past survives and dialogues from the marks - in the case of books, the marks of provenance, which give voice to silent objects in technical storages or libraries. Finally, we confirm our initial question with the assertion that objects are fundamental to remembering and that collecting them is an act against dispersion and forgetting.

**Keywords:** Object; Collection; History of the Book; Material Bibliography.

## 1 INTRODUÇÃO

A reflexão que se segue é fruto do diálogo entre dois projetos de pesquisa desenvolvidos em diferentes instituições e campos disciplinares, e que convergem para uma mesma questão. Como indica o título, este trabalho tem como objetivo questionar e refletir sobre a “fala” simbólica dos objetos. O verbo “falar” deve ser compreendido aqui em sentido figurado, como definido pelo Dicionário Aulete: “Fig. Fazer(-se) entender, ser expressivo (de algo) [td.: *Seus olhos falavam o que a boca não conseguia expressar.*]”<sup>1</sup>. A metodologia buscou deslindar, através de uma revisão de literatura, de que maneira as trajetórias e as memórias desses objetos se constroem, como eles as expressam, isto é, como os objetos falam.

A resposta à pergunta que dá título a este trabalho é, sob qualquer ângulo, incerta e problemática. Há uma variedade de bons e maus motivos para afirmar que objetos falam, e o mesmo se pode dizer sobre a afirmação de que objetos são inertes e mudos.

A questão está de certa forma implícita nos estudos de cultura material e em muitas reflexões sobre o conceito de Memória, assim como nos estudos sobre documento no âmbito da Ciência da Informação – CI que aderem à compreensão do conceito de documento em sentido ampliado. Se objetos podem ser considerados e tratados como documentos, está implícito que eles têm algo a dizer.

Ao ampliar o conceito de documento e estendê-lo aos objetos, Otlet, Briet e teóricos neo-documentalistas no final de século XX – assim como historiadores da Escola dos *Annales* - reconheceram a existência de atributos a partir dos quais é possível uma leitura / interpretação de objetos. A ideia de leitura, por sua vez, implica em um reconhecimento tácito de que, assim como nos textos, há algo que pode ser lido nos objetos.

Ao estender a reflexão aos livros, entendidos aqui também como objetos, está implícito que muitas das vezes eles transmitem algo além de seu conteúdo impresso. O universo que estamos considerando é, sobretudo, mas não exclusivamente, a biblioteca particular, espaço no qual mais comumente se encontram livros com marcas que narram sua história social.

Appadurai acredita que para lançar luz sobre a “circulação das coisas no mundo concreto e histórico” é necessário “seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias” (APPADURAI, 2008, p.17). Para

---

<sup>1</sup> AULETE Digital. <http://www.aulete.com.br/>

ele, “somente pela análise dessas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas”.

## 2 SOBRE OBJETOS, COLEÇÕES E MEMÓRIA

O termo objeto deriva etimologicamente de *objectum*: “coisa existente fora de nós, coisa disposta adiante, com uma característica material: tudo o que se oferece à vista e afeta os sentidos” (LAROUSSE apud MOLES, 1972, p.13). Distingue-se da coisa por ser “quase nada natural [...]. A pedra só se tornará objeto quanto promovida ao posto de peso para papéis” (MOLES, 1972, p.15). É caracterizado, entre outros aspectos, pela passividade e por ter sido fabricado, por ser “*independente e móvel*” (MOLES, 1972, p.15, grifo do autor).

É difícil precisar o início das reflexões sobre objetos, mas é possível estabelecer alguns marcos, entre os quais o clássico estudo do sociólogo e filósofo francês Jean Baudrillard sobre o sistema dos objetos, no final da década de 1960. O autor enfatiza a abundância e o ritmo acelerado com que objetos são criados, comparáveis às espécies de fauna e flora inventariadas pelo homem. A Enciclopédia forneceu “um quadro exaustivo dos objetos práticos e técnicos pelos quais se achava cercado” (BAUDRILLARD, 2006, p.9), mas a posterior proliferação de objetos cotidianos<sup>2</sup> coloca a questão da possibilidade ou não de classificá-los, já que “existiriam quase tantos critérios de classificação quanto objetos” (BAUDRILLARD, 2006, p.9).

O conceito de funcionalidade é crucial no sistema proposto por Baudrillard:

Todos os objetos se pretendem funcionais, como todos os regimes se pretendem democráticos. Ora, este termo, que encerra todos os prestígios da modernidade, é particularmente ambíguo. Derivado de “função”, ele sugere que o objeto se realiza na sua exata relação com o mundo real e com as necessidades do homem. Efetivamente, resulta que “*funcional*” não qualifica de modo algum aquilo que se adapta a um fim, mas aquilo que se adapta a uma ordem ou a um sistema: a funcionalidade é a faculdade de se integrar em um conjunto. Para o objeto, é a possibilidade de ultrapassar precisamente sua “função” para uma função segunda, de se tornar elemento de jogo, de combinação, de cálculo, em um sistema universal de signos. (BAUDRILLARD, 2006, p.69-70, grifos do autor)

---

<sup>2</sup> Abraham Moles assinala também este “fervilhamento dos objetos”, resultante do aumento do consumo característico da “civilização burguesa”, da emergência do “objeto de série”, e da ligação entre o status social e o “consumo conspícuo” (MOLES, 1972, p.10).

A citação acima leva-nos ao “sistema não-funcional”, do qual fazem parte, entre outros, os objetos de coleção, que têm sua função abstraída. Tais objetos deixam de cumprir finalidades práticas e passam a remeter uns aos outros e ao indivíduo, constituindo assim um sistema que busca reconstituir o mundo.

Todo objeto tem desta forma duas funções: uma que é a de ser utilizado, e outra que é a de ser possuído. [...] Essas duas funções acham-se em razão inversa uma da outra. [...] O objeto puro, privado de função ou abstraído de seu uso, toma um estatuto estritamente subjetivo: torna-se objeto de coleção. Cessa de ser tapete, mesa, bússola ou bibelô para se tornar “objeto”. (BAUDRILLARD, 2006, p.94)

A questão do objeto possuído nos leva também ao universo bibliográfico, que é tratado na seção 3. Por ora, cabe ressaltar a relação sinérgica entre a biblioteca privada e seu proprietário. Nesse caso, é essencial examinar a coleção como um todo para perceber o reflexo de determinados momentos da trajetória do indivíduo que, muitas vezes, adquire livros, consciente de que nunca os lerá<sup>3</sup>, pelo simples desejo de tê-los.

Baudrillard vê a coleção como uma “organização mais ou menos complexa de objetos que se relacionam uns com os outros”, na qual “o funcional desfaz-se continuamente no subjetivo”. (BAUDRILLARD, 2006, p.95)

Pierre Boudon questiona a possibilidade de classificar as numerosas espécies de objetos criados por uma sociedade, observa que eles têm sido “considerados antes como formas de agregados ou resíduos de uma sociedade do que relevantes de um sistema geral de objetos” (BOUDON, 1972, p.88), e ressalta a amplitude dos estudos sobre objetos:

Os objetos que nos envolvem são numerosos e variados como as espécies naturais que povoam o mundo; a fim de fixar as ideias, digamos, de um modo sumário, que vão da caixa de fósforos até uma peça metálica, da caneta ou do papel até a máquina de escrever e o automóvel, à casa, ao arranha-céu, ao conjunto urbano talvez, passando pelos numerosos objetos que povoam as butiques, lojas, cafés e drogarias, as galerias de arte, os museus como os supermercados.[...] (BOUDON, 1972, p.88-89)

Moles, tal como Baudrillard, enfatiza o caráter não funcional da lógica que preside a formação de uma coleção.

---

<sup>3</sup> Indicamos aqui a excelente crônica: ZIVKOVIC, Zoran. Biblioteca particular. In: **Biblioteca**. Tradução do sérvio de Arijana Medvedec. Lisboa: Cavalo de Ferro, 2005, p.23-34.

Uma coleção começa a partir de três elementos. É uma série infinita de objetos reunidos para um fim não funcional, mas de estética sociológica, no sentido de uma *socius* das coisas e não de seres humanos. Uma coleção é uma instituição na população de objetos, pois ela tem uma estrutura, geralmente linear, da série muitas vezes realizada na base da raridade dos objetos sucessivos. (MOLES, 1981, p.137, grifos do autor)

À definição acima o autor acrescenta que a coleção “exprime o amor pelo absoluto” (MOLES, 1981, p. 139), pressupondo um desejo de apropriação e dominação de uma parte do mundo.

Pomian aborda a coleção como intermediária entre o visível e o invisível – esferas que se opõem na maior parte das vezes – e também vê como decisiva a suspensão do uso original do objeto:

As locomotivas e os vagões reunidos num museu ferroviário não transportam nem os viajantes nem as mercadorias. As espadas, os canhões e as espingardas depositadas num museu do exército não servem para matar. Os utensílios, os instrumentos e os fatos recolhidos numa coleção ou num museu de etnografia não participam nos trabalhos e nos dias das populações rurais ou urbanas. E é assim com cada coisa, que acaba neste mundo estranho, onde a utilidade parece banida para sempre. (POMIAN, 1984, p. 51)

O abandono das funções originais do objeto é ressaltado por diferentes autores que abordam a coleção. Leila Beatriz Ribeiro observa que “ao retirar de um objeto o seu valor utilitário e agregar um valor simbólico o colecionador institui um caráter de excepcionalidade, porém o valor simbólico atribuído a um objeto inicial pode se estender por categorizações ou semelhanças” (RIBEIRO, 2010, p.6).

Em seu ensaio intitulado “O Colecionador”, a relação entre coleção e memória é sublinhada por Walter Benjamin:

[...] é decisivo na arte de colecionar que o objeto seja desligado de todas as suas funções primitivas, a fim de travar a relação mais íntima que se pode imaginar com aquilo que lhe é semelhante. Esta relação é diametralmente oposta à utilidade e situa-se sob a categoria singular da completude. O que é esta “completude”? É uma grandiosa tentativa de superar o caráter totalmente irracional de sua mera existência através da integração em um sistema histórico novo, criado especialmente para esse fim: a coleção. [...] O mais profundo encantamento do colecionador consiste em inscrever a coisa particular em um círculo mágico no qual ele se imobiliza [...]. Tudo o que é lembrado, pensado, consciente, torna-se moldura, pedestal, fecho de sua posse. [...] Colecionar é uma forma de recordação prática e de todas as

manifestações profanas da proximidade, a mais resumida. [...] (BENJAMIN, 2009, p.239).

A questão aqui abordada será tratada também na seção 3, dedicada especificamente ao livro visto como objeto.

### 3 SOBRE O LIVRO COMO OBJETO

Agora tratemos desse tema dentro do universo bibliográfico. Primeiramente há que declarar que sim, consideramos os livros como objetos e como mercadorias<sup>4</sup>. Nos livros, ou no códice para sermos mais estritos, a informação e sua função como documento vão muito além do conteúdo impresso. No entanto, é necessário precisar ainda mais nosso recorte para estabelecer nossa linha argumentativa. Tomemos como exemplo livros provenientes de bibliotecas privadas<sup>5</sup> e que em determinado momento foram institucionalizados, pois esses livros trazem consigo o lastro de seus donos e estão impregnados de memória que em muitos casos conferem aos livros uma identidade.

Quanto ao período dos impressos no qual gostaríamos de nos centrar, a maior parte do foco está na categoria compreendida como “livro antigo”, isto é, aqueles impressos na Europa, mormente entre 1450 e 1750, ou seja, nos 300 anos em que o livro foi produzido manualmente, desde o papel até a capa. Ora, já temos aqui um indício do que veremos adiante: esses documentos são únicos<sup>6</sup>, foram feitos um a um, possuem individualidade. Todavia, consideraremos também os livros impressos no Brasil na primeira metade do século XX.

Os livros que fazem parte de coleções falam em coro ou individualmente. Em grupo podem falar, guardar e revelar as memórias de seus donos, mesmo que não participem de

---

<sup>4</sup> No âmbito do livro antigo o tema foi amplamente discutido – dentre outros – em: BARBIER, Frédéric. Nascimento do mercado. In: **A Europa de Gutenberg: o livro e a invenção da modernidade ocidental (séculos XIII-XVI)**. São Paulo: EDUSP, 2018, p. 95-126. Aqui no Brasil, no século XX, Monteiro Lobato já pregava essa ideia. Recomenda-se: KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Monteiro Lobato: intelectual, empresário e editor**. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2006. (Coleção Memória Editorial, 4).

<sup>5</sup> Sobre o universo das bibliotecas privadas, da vasta literatura que poderíamos citar como referência destacamos: AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. A doação da biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história pouco conhecida. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.233-249, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/13.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

<sup>6</sup> Um trabalho recente explora com excelência essa ideia: ARAÚJO, André de Melo. Informação visual e conhecimento histórico: a integração sistemática entre texto e imagem no Liber Chronicarum (1493). **Rev. Hist.** São Paulo, n. 177, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/141346/149035>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

uma família transgeracional<sup>7</sup>. Sozinhos, os livros falam de suas próprias histórias até integrar o grupo. Seja como for, é um deslindar de trajetórias e memórias de tempos, indivíduos, espaços e lugares (ASSMANN, 2011).

É imprescindível esclarecer que, ao considerarmos o livro como um objeto, isso não significa que o compreendemos como sinônimo do já consagrado termo “livro-objeto”<sup>8</sup>, muito usado em associação ao livro de artista.

A nossa forma de inserir o livro nessa discussão será através de uma análise que considerará a Bibliografia Material<sup>9</sup> na História do Livro como maneiras de pensar essa ideia, ou seja, que o livro impresso configura-se um objeto cuja materialidade dialoga conosco e a informação vai além do texto registrado e, por fim, que esse livro como objeto é também fonte e documento com possibilidades múltiplas.

Pensemos nas categorias “Coleções Especiais” e “Livros Raros”<sup>10</sup>; em ambos os casos, para que determinado livro esteja em um delas, ou nas duas, leva-se em consideração o texto, o autor, mas também características materiais que tipificam livro como objeto, ou seja, as marcas d’água, a encadernação, o formato, bem como as marcas de uso e de proveniência. Nesse sentido, ao olharmos para aquele item, o livro, considerando sua materialidade, poderíamos pensar também que é o momento em que o percebemos como objeto que de fato é.

Vale lembrar que a Bibliografia Material prende-se também ao livro como um todo, mas pouco considerando texto e autor. Concordamos com o pensamento de David Pearson, que adverte que “os textos não são tão imutáveis, a forma e o formato influenciam a

---

<sup>7</sup> Henrique Leitão comenta sobre essa característica em bibliotecas religiosas. Ver: GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique. **Clavis Bibliotecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834**. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016.

– “Para o português, dizemos que os livros de artista, no sentido lato, como um campo das artes visuais, podem ser: livros literários, quando não tem evidentes valores plásticos; livros de artista propriamente ditos, no sentido escrito, chamados, às vezes, em certos casos, de livros-obras, como tradução literal de *bookworks*; e livros-objetos, obras escultóricas e matérias desprovidas de elementos bibliográficos”. (SILVEIRA, 2008, p.15). Ver também: PLAZA, 1982.

<sup>9</sup> Aqui no Brasil há algumas divergências sobre esse conceito. Como o foco deste artigo não foi uma revisão conceitual, por isso assumimos como “análise material”/“descrição material”/“descrição bibliográfica” o colecionamento feito nos livros impressos, conspirando-os como um artefato/objeto; a “Bibliografia Material” compreendemos os princípios que regem essa prática. Muito semelhante ao que considera Dominique Varry ao pensar o termo “Archéologie du livre”. Além dos autores citados ao longo neste artigo, ao pensarmos a análise material como método para pesquisa histórica e não especificamente para a catalogação, nos aproximamos muito também do pensamento de GARCÍA AGUILAR, Idalia. **Secretos del estante: elementos para la descripción bibliográfica del libro antiguo**. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011.

<sup>10</sup> Compreendemos esse assunto a partir de: GALBRAITH, Steven K.; SMITH, Geoffrey D. **Rare book librarianship**. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2012.

comunicação, e é fundamental olhar além das palavras para pensar sobre os livros em sua totalidade, como **objetos tridimensionais fabricados**” (PEARSON, 2019, p.14, tradução nossa, grifo nosso). David McKitterick (2018, p.8) ressalta também a necessidade de perceber os primeiros livros impressos como “objetos manufaturados”. Em semelhante linha de raciocínio segue Adrian Johns (1998, p.3), para quem todo e qualquer livro impresso é “produto de um conjunto complexo de processos tecnológicos”.

Robert Escarpit e John Thompson reconhecem o livro como uma mercadoria. Para o primeiro, entretanto, o livro “não é um objeto como os outros” (ESCARPIT, 1967, p.15), enquanto para o último trata-se de uma “mercadoria especial” (THOMPSON, 2013, p.15). Na qualidade de mercadoria, o livro também se insere no consumo por fetichismo: quantos bibliófilos e/ou colecionadores compram um livro em razão de uma ilustração, encadernação, pelo tipo de papel etc., ou outros elementos que não perpassam pelo autor, edição ou título<sup>11</sup>?

Voltamos a McKitterick, que tece uma reflexão sobre livros que assumem como objeto uma representação devocional ou de amuletos:

Livros têm servido por longo tempo como presente ou troca. Em muitas circunstâncias possuem status de objeto assim como de recurso para leitura. [...]. Antropólogos e bibliógrafos têm dirigido atenção ao status do livro a este respeito, já que também usam livros como amuletos. [...] A presença e aparência externa são tão importantes quanto o conteúdo. Podemos reconhecer isso no mercado dos livros devocionais, nos cuidados dispensados ao exterior – as encadernações – algumas vezes mais do que no interior. (McKITTERICK, 2018, p.12, tradução nossa)

As bíblias de família muitas vezes são arquivos e diários onde são guardados e/ou anotados momentos da trajetória dos indivíduos. Tomemos como exemplo um missal devocional de 1906 que uma família vem passando de geração em geração, que esteve em batizados, primeiras-comunhões e casamentos, será ele hoje o conteúdo ou o objeto? Esta questão nos remete ao pensamento de Ribeiro (2010) já abordado na seção anterior, em relação ao valor simbólico e caráter excepcional de certos objetos.

---

<sup>11</sup> Dentre os vários exemplos, recomendamos: MINDLIN, José. **Memórias esparsas de uma biblioteca**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Florianópolis, SC, 2004. (Coleção Memória do Livro) e MCKITTERICK, David. Bibliophile Tradition. In: **The invention of rare books [...]**. Cambridge: University Press, 2018, p.269-288.

Figura 1 - Missal.



Foto: Fabiano Cataldo/Acervo: Fabiano Cataldo.

Este exemplo também nos remete à ideia de biografia dos objetos, como nos lembra o artista britânico Edmund de Waal em “A lebre com olhos de âmbar” (2011). No livro, Waal conta a história do clã Ephrussi, mas as estrelas são 264 miniaturas japonesas entalhadas em madeira e marfim, uma narrativa memorialística entre os séculos XIX e XX, o que nos conduz à perspectiva das possíveis narrativas que um exemplar ou até mesmo uma biblioteca particular pode conter. Ou como, seguindo o pensamento de Peter Stallybrass (2016, p. 33) ao se referir a roupas, por analogia poderíamos considerar que os livros no âmbito de sua vida social têm vida própria.

Ao comentar as teorias de Henry Bradshaw<sup>12</sup>, Tanselle assevera que Bradshaw criou uma revolução que reverbera até hoje e cuja reflexão principal é:

[...] o significado dos livros como objetos físicos tem provado ser um conceito de difícil apreensão, ou ao menos não ocorre espontaneamente a muitas pessoas. Livros, tanto manuscritos como impressos, têm sido percebidos como uma classe à parte dos outros objetos porque contêm palavras que supostamente falam mais diretamente a nós que outros detalhes físicos. (TANSELLE, 2009, p.7, tradução nossa)

Ainda no âmbito da materialidade do livro como objeto, destacam-se dois outros elementos que assumem relevância e que poderiam ser considerados em paralelo ao próprio autor e título da obra, quais sejam, a página de rosto e as capas.

---

<sup>12</sup> Tanselle refere-se a Henry Bradshaw, Bibliotecário da Universidade de Cambridge que publicou em 1870 o opúsculo intitulado “*A Classified Index of the Fifteenth Century Books in the Collection of M. J. De Meyer, which were sold at Ghent in November, 1869*”.

Para compreender a história da página de rosto, Margaret M. Smith em *The title page: its early development 1460-1510* (2000) discute a origem desse elemento que compõe a apresentação de um livro, e que Lucien Febvre e Henri-Jean Martin incluíam na categoria de “registro civil do livro” (2017). Para Smith, a página de rosto de um livro antigo era um espaço valioso não apenas de divulgação, mas também político e estratégico, não só para o autor, mas, sobretudo, para o tipógrafo.

Em conjunto com a página de rosto<sup>13</sup>, outro elemento vem a reboque, o frontispício, ou seja, a folha em oposição à página de rosto que, em muitos casos, poderia trazer a gravura do mecenas, do dedicado, do autor ou até mesmo uma ilustração alegórica referente ao conteúdo do livro. Adrian Johns (2009) em *Piracy* esclarece que nem todos os livros saíam da tipografia com esse elemento que se tornou item de distinção.

Outro elemento que vem assumindo cada vez mais uma vida paralela como documento ao conteúdo do livro é a capa – algumas inseridas na categoria das artes plásticas. No contexto brasileiro da primeira metade do século XX existem algumas pesquisas que vêm criando um importante *corpus*. Nesse conjunto, destacamos a análise no âmbito das artes gráficas brasileiras que privilegiam e dão ênfase ao estudo das capas como fonte de pesquisa: *O início do design de livros no Brasil*, escrito por Rafael Cardoso e publicado no livro *O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica: 1870-1960* (2005). Em *Capas de Santa Rosa*, Luís Bueno salienta com maior ênfase a “vida independente” desses elementos gráficos.

A ideia do livro como objeto e artefato pode ser também encontrada na publicação *Design de Capas do Livro Didático — A editora Ática nos anos 1970 e 1980*, produto da tese de Didier D. C. Dias de Moraes, publicada pela EDUSP; e pela mesma editora, o monumental *Capa do Livro Brasileiro, 1820-1950*, de Ubiratan Machado.

A Bibliografia Material é um campo que tomará o livro essencialmente como um objeto complexo cujas características precisam ser dissecadas, analisadas e estudadas, e frequentemente passam ao largo do conteúdo e do autor, considerando-os em alguns casos quando em função de alguma característica material. A maioria das observações até aqui consideraram o livro como objeto tangível a partir da análise de seu sistema de

---

13 Cabe esclarecer que, em termos de função, a página de rosto, que foi um elemento de marketing, divulgação e controle usado pelos tipógrafos desde o final do século XIV e pelo menos até final do século XVIII – dentro do contexto europeu – hoje é representada pelas capas. Já no que concerne à estrutura, a página de rosto ainda se encontra no mesmo lugar.

manufatura<sup>14</sup>, que em certa medida configura representação de memória da técnica e prática tipográfica ou editorial, mas associada a determinada edição. A seguir vamos discutir a ideia do livro como objeto considerando-o como suporte de registros que representam a memória do exemplar, elementos que evidenciam a história social daquele item que, como já mencionamos, segue uma vida absolutamente paralela à edição.

Pensar o livro impresso sobre essa perspectiva é de absoluta relevância, pois é recorrente entre profissionais – desde o Bibliotecário até o Historiador – considerar erroneamente que um livro é apenas um texto e o autor que o produziu. Esquecem-se que aquele objeto é em si um documento. As consequências disto não se limitam apenas a pesquisas incompletas e/ou com sérios problemas metodológicos, mas se estendem a algo muito mais danoso, ou seja, a falta de cuidado, de zelo na preservação com as capas dos livros (incluindo aqui também as primeira e segunda orelhas, quando presentes), por exemplo.

Desse modo, gostaríamos de propor a ideia do livro como objeto também no campo da Biblioteconomia como uma forma de analisar esse documento como suporte de memórias que guardam em si falas e trajetórias. Para esse pensamento, lançamos mão dos estudos sobre “Marcas de Proveniência Bibliográfica”. Essas marcas são indícios que podem colaborar para a construção de uma narrativa histórica de determinado exemplar. A base para a compreensão das marcas de proveniência bibliográfica assenta-se em David Pearson (1998; 2019), que é muito enfático sobre a necessidade um estudo sério das bibliotecas privadas, sua origem, formação e desenvolvimento, pois há muito a apreender destes resultados. Para ele, essas marcas não estão associadas apenas à origem ou ao proprietário, mas também a aspectos que evidenciam o uso do exemplar de um livro.

Retomemos às ideias que circundam este artigo - objetos, livros e memória - e a

---

<sup>14</sup> Thomas R. Adams e Nicolas Barker propõem circuito do livro diferente do que havia sido apresentando por Robert Darton no início da década de 1990, pois estava muito pautado nos indivíduos. Barker e Adams abandonam essa perspectiva para se apoiarem exclusivamente no livro em si, como objeto produto de manufatura e para isso estabelecem um ciclo com cinco estágios na conjuntura socioeconômica do livro: manufatura, publicação, distribuição, recepção, manutenção no mercado. É justamente neste estágio o que acontece e no estágio da manufatura, como por exemplo, por que o tipógrafo escolheu ilustrar uma edição e não outra, por que o uso bilíngue. Confere: DARTON, Robert. **O iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. ADAMS, Thomas; BARKER, Nicolas. A new model for the study of the book. In: BARKER, Nicolas (ed.). **A potencie of life: books in society**. London: British Library, 2001, p.5-43.

questão se “os objetos falam”. Para nortear nossa reflexão tomemos como exemplo o livro apresentado na Figura 2, intitulado *Homo et ejus partes figuratus & symbolicus* [...], de Octavio Scarlattini, impresso na Alemanha em 1695<sup>15</sup>.

A biografia do tipógrafo, autor e obra – apesar de obviamente serem informações complementares – ficam praticamente diluídas frente à importância das anotações manuscritas na falsa folha de rosto, configuram-se como um registro histórico e muito simbólico para a Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde o livro encontra-se registrado.

No texto manuscrito consta: “*Este Tomo Homo Symb. pertence a Livraria de S<sup>to</sup> An<sup>io</sup> // do Rio de Jan<sup>o</sup>, o qual foi posto pelo Ir. Min<sup>o</sup> Prov<sup>al</sup> Fr. Luis de S<sup>ta</sup> Roza anno de 1735 // Fr. Luiz de S. Roza // Min<sup>o</sup> Prov<sup>al</sup> // Pertence á Livraria do Conv<sup>to</sup> de N. P<sup>e</sup> S. Franc<sup>o</sup> da Cid<sup>a</sup> de São Paulo*”. Esse texto é praticamente o resumo histórico, um memorial, da gênese da atual Biblioteca da Faculdade de Direito da USP, que teve sua origem a partir da Biblioteca Pública de São Paulo e, por conseguinte da Biblioteca do Convento de Santo Antônio de São Paulo, instituição criada pelos religiosos do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro<sup>16</sup>.

---

15 Confere catalogação complementa na base de dados Dédalus/USP:

< [http://dedalus.usp.br/F/KA541S654PP5STI1768XGYHCHDF2SHP25TAY29L6JCAR5RDIKB-25303?func=full-set-set&set\\_number=013572&set\\_entry=000001&format=999](http://dedalus.usp.br/F/KA541S654PP5STI1768XGYHCHDF2SHP25TAY29L6JCAR5RDIKB-25303?func=full-set-set&set_number=013572&set_entry=000001&format=999)>. Acesso em: 5 ago. 2019.

16 Para maiores detalhes desse histórico ver: BEFFA, Maria Lúcia; NAPOLEONE, Luciana Maria. Bibliotecas particulares na academia: considerações sobre a doação e captação de coleções bibliográficas para instituições públicas. In: Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018. p. 76-94; e BEFFA, M. L.; NAPOLEONE, L. M. Da primeira biblioteca pública oficial da Província de São Paulo à Biblioteca da Faculdade de Direito da USP: história da biblioteca das suas origens até a criação da USP. In: BITTAR, E.C.B. História do direito brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p.228-234.

Figura 2 - Homos symbolicus.

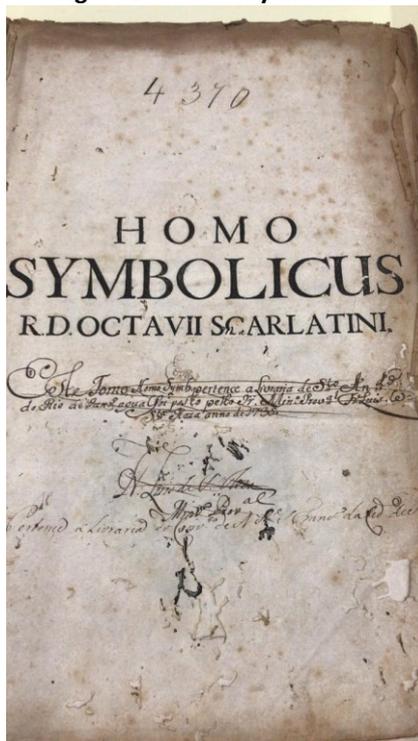


Foto: Maria Lúcia Beffa.

Acervo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Esse exemplo evoca a perspectiva de Steven K. Galbraith e Geoffrey D. Smith em *Rare Book Librainship* (2012), que consideram o livro impresso como um artefato histórico que engendra em si uma série de elementos que precisam ser evidenciados, tais como o conteúdo, os traços e características de sua fabricação, mas igualmente marcas que cada exemplar adquire ao longo de sua trajetória.

#### 4 DE QUE FALAM OS OBJETOS EM GERAL? DE QUE FALAM OS LIVROS, PARA ALÉM DO SEU CONTEÚDO IMPRESSO?

Em seu livro *“Combats por l’Histoire”*, publicado em 1952, Lucien Febvre já recomendava que, na falta de textos escritos, a história fosse feita “com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais” (FEBVRE, 1989, p.249), acrescentando que “fazer falar as coisas mudas” (FEBVRE, 1989, p.249, grifo nosso) é parte importante do trabalho do historiador. Ulpiano Bezerra de Meneses, entretanto, entende que a fala é do historiador, e não dos objetos, e que “toda operação com documentos [...] é de natureza retórica” (MENESES, 1998, p.95).

Abraham Moles nota que o objeto, pela sua própria existência, já é uma mensagem, um vetor de comunicação. Destaca, entre outros aspectos, que os presentes constituem uma

linguagem que possibilita o contato humano. Acrescenta, ainda, que, sobretudo os objetos cotidianos “são *portadores de formas*, de uma *Gestalt*” (MOLES, 1972, p.11, grifo do autor), advertindo que essa condição é percebida por poucos profissionais, entre os quais engenheiros e designers.

O designer Rafael Cardoso (2012) enfatiza a função da linguagem, a qual fica bastante evidente no design gráfico, embora esteja presente também em outros projetos de criação, como liquidificadores ou aeronaves. Para o autor, pensamentos são necessariamente articulados no domínio de uma linguagem previamente existente, que não pode ser restrita à linguagem verbal. “[...] Do mesmo modo que escritores escrevem frases novas num idioma que aprenderam a falar, o designer projeta formas numa linguagem que já existia quando ele veio ao mundo. **As coisas materiais falam de si em termos próprios à sua configuração.**” (CARDOSO, 2012, p. 43, grifo nosso). A operação com artefatos materiais escaparia, entretanto, aos esquemas semióticos convencionais, em que objetos e palavras remetem uns aos outros na condição de significantes e significados. “**Ao comunicar informações, os objetos falam de si mesmos** – ou, melhor dizendo, remetem ao nível dos discursos que cercam sua inserção no mundo”. (CARDOSO, 2012, p.59, grifo nosso).

Avançando em sua reflexão, o autor prossegue:

A pergunta incômoda, da qual não queremos fugir, é se os artefatos são capazes de exprimir, por meio de suas qualidades formais, significados mais profundos e estáveis. Ou seja, **podem as formas falar de si? Ou por si? Caso sim, como isso se opera? Seremos capazes de entender essa linguagem muda e de traduzi-la em palavras?** [...] Será o artefato apenas um receptáculo neutro e transparente para ser preenchido pelos sentidos que o contexto impinge a ele? (CARDOSO, 2012, p.72-73, grifo nosso)

A questão acima ficará intencionalmente em aberto, já que extrapola os objetivos deste trabalho, que não se propõe a respondê-la, embora assumo um posicionamento, mas a refletir sobre ela, como indica o título.

Segundo Susan Pearce, “indivíduos e objetos atuam em uma relação dinâmica em que ambos criam e trocam significados” (PEARCE, 1992, p.210). A autora adverte que:

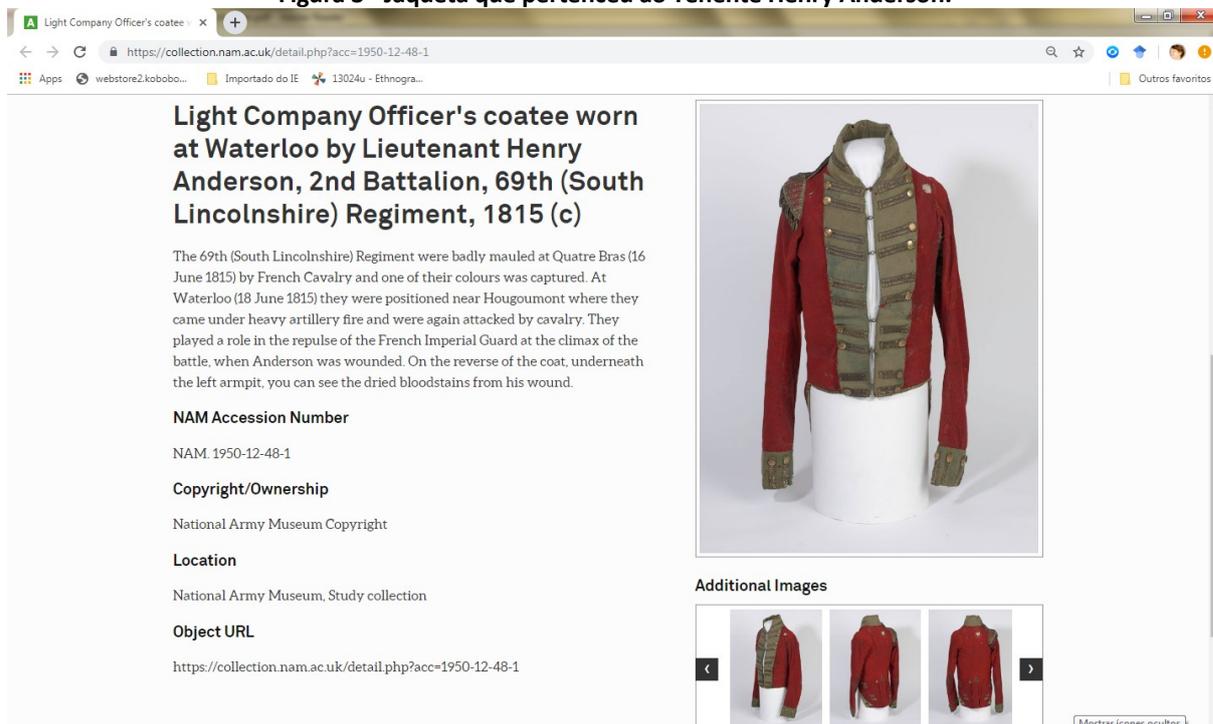
[...] embora os significados dos objetos sejam constituídos pela experiência humana passada, e nesse sentido objetos são tão passivos como defende a visão tradicional, desempenham papel ativo na incorporação dos significados em relação às experiências individuais. Objetos são, assim, atores na história, não apenas reflexo da ação, e eles próprios têm uma função na criação

daquela mudança que podemos chamar processo histórico. (PEARCE, 1992, p.211, tradução nossa)

Assim como objetos em geral, certos exemplares de livros ou bibliotecas privadas, vistos como objetos, podem igualmente trazer em sua materialidade marcas de proveniência que registram sua trajetória histórica e muitas vezes sua passagem de uma geração a outra.

Em um texto que examina as associações históricas agregadas aos significados de certos objetos, Pearce (1994) observa que o passado sobrevive sob três formas - como objetos, paisagens ou narrativas -, às quais é acrescida a memória como uma quarta dimensão. Seu argumento é ilustrado por uma jaqueta (ver figura 3) integrante do acervo do *National Army Museum*, de Londres, a qual pertenceu ao Tenente Henry Anderson, que a usou na Batalha de *Waterloo*, onde foi ferido por um tiro de mosquete que quebrou seu ombro esquerdo, atravessou o pulmão e saiu pelas costas, quebrando também a omoplata, o que o deixou inválido. As manchas de sangue permanecem gravadas na peça.

Figura 3 - Jaqueta que pertenceu ao Tenente Henry Anderson.



Fonte: National Army Museum (London, UK).<sup>17</sup>

O objetivo da autora ao recorrer ao objeto citado acima é mostrar, a partir da Semiologia de Saussure, como ele é capaz de operar como uma entidade portadora de mensagem que se relaciona à Batalha de *Waterloo* não apenas como um signo, mas também

<sup>17</sup> <https://collection.nam.ac.uk/detail.php?acc=1950-12-48-1>

como símbolo (metafórico) passível de dar origem a inúmeras interpretações e narrativas sobre o passado. (PEARCE, 1994)

Objetos (e outras mensagens) operam como um sinal quando representam o todo do qual são uma parte intrínseca, tal como a jaqueta representa os eventos reais de Waterloo; e neste caso, diz-se que a relação entre as diferentes partes do todo é metonímica. Eles operam como um símbolo quando são arbitrariamente associados a elementos com os quais não têm relação intrínseca, e neste caso a associação é considerada metafórica. (PEARCE, 1994, p.23, tradução nossa)

A análise da peça, conforme a autora, “ajuda-nos a compreender a ação do potencial emocional que muitas vezes reside em objetos supostamente ‘mortos’ de nossas coleções” (PEARCE, 1994, p.26, tradução nossa). Peter Stallybrass narra essa sensação, ao observar a presença do falecido amigo Allon White, de quem havia herdado uma jaqueta.

Se eu vestia a jaqueta, Allon me vestia. Ele estava lá nos puimentos do cotovelo, puimentos que no jargão técnico da costura são chamados de "memória". Ele estava lá nas manchas que estavam na parte inferior da jaqueta; ele estava lá no cheiro das axilas. Acima de tudo, ele estava lá no cheiro. (STALLYBRASS, 2008, p.10)

Ambas as jaquetas trazem à memória seus proprietários originais - o Tenente Anderson e Allon White – e ambas podem ser consideradas como relíquias, no sentido dado por Pomian: “objetos que se crê que tenham estado em contato com um Deus ou um herói, ou que se pense que se pense que sejam vestígios de qualquer grande acontecimento do passado mítico ou simplesmente longínquo” (POMIAN, 1984, p.59). Trazem à memória não apenas seus antigos donos, mas, no caso da jaqueta do *National Army Museum*, a Batalha de *Waterloo*.

Objetos podem fornecer indícios para entender melhor como funciona nossa relação com a cultura material do passado, que se torna parte do nosso presente em permanente construção e reconstrução.

O objeto ativa nossas próprias faculdades, e o produto dessa atividade criativa é a dimensão virtual do objeto, que lhe dota de realidade presente. A mensagem ou significado que o objeto oferece é sempre incompleta e cada espectador preenche as lacunas à sua maneira, excluindo assim outras possibilidades: enquanto observa, toma suas próprias decisões sobre como deve ser contada a história sobre, por exemplo, os sentimentos do Tenente Anderson naquele dia. (PEARCE, 1994, p.26, tradução nossa)

E o que os livros como objetos nos falam? De acordo com Stoddard (apud Tanselle, 2009) um livro impresso possui “marcas de manufatura”; “marcas de proveniência” e “marcas de uso”. Nesse sentido, o que nos falam? As marcas de manufatura nos contam quem fez o livro, seja o tipógrafo, editor, gráfica; que tipo foi utilizado; que papel foi escolhido etc. Já as marcas de proveniência relevam traços biográficos do exemplar com a trajetória de seus donos, daqueles que o comercializou etc., elementos que revelam o “quem possuiu”; “como chegou”; “por onde passou”; por fim, as marcas de uso, que podemos exemplificar pelas marginálias<sup>18</sup> indicam o “como” aquele texto foi lido.

O próprio Tanselle exorta que “estudar livros impressos como objetos físicos pode revelar não apenas como foram produzidos, mas também como suas características de design e layout emergiram e passaram a portar significados” (TANSELLE, 2009, p.10, tradução nossa).

Objetos contam sua própria história e a história das instituições ou pessoas que os possuem ou possuíram. As marcas de proveniência dos livros abordados como objetos são tão eloquentes que são elas que narram determinados fatos e por elas permite-se reunir coleções dispersas. Dentro deste assunto, Martine Poulain em *De mémoire de livres: des livres spoliés durant la Seconde Guerre mondiale déposés dans les bibliothèques* (2015) reconstrói a história de várias coleções que foram espólios de guerra. A narrativa ou a memória dos livros – como ela chama – vem das marcas de proveniência, no caso especialmente pelos *ex libris* impressos, *ex libris* manuscritos<sup>19</sup>, dedicatórias<sup>20</sup>.

Em *Para se achar facilmente o que se busca*, a investigadora portuguesa Fernanda Maria Guedes de Campos (2015) nos trouxe mais um exemplo de como a memória dos livros opera através das marcas de proveniência bibliográfica e relata suas trajetórias, bem como das bibliotecas por onde passaram. Sim, os livros falam e são eloquentes. Neste caso, foram reconstruídas histórias de algumas bibliotecas religiosas em Portugal no século XVIII.

---

<sup>18</sup> Um estudo completo sobre essa marca pode ser lido em: JACKSON, H. J. **Marginialia: readers writing in books**. Yale: University Press, 2001; RICHARDSON, Brian. **Printing, writers and readers in Renaissance Italy**. Cambridge: University Press, 2004 e SHERMAN, William H. **Used Books: marking readers in Renaissance England**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

<sup>19</sup> Marca de posse do dono do livro registrada de forma manuscrita. Segundo David Pearson (1998; 2019) trata-se da forma mais antiga de atribuir pertença.

<sup>20</sup> Como trabalho referência para compreender as “vozes” advindas delas e como as dedicatórias por si assumem forma de documento, ver: FREIRE, Stefanie Cavalcanti. **As dedicatórias manuscritas: relações de poder, afeto e sociabilidade na biblioteca de Manuel Bandeira**. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste trabalho, advertimos que há bons e maus motivos para afirmar que objetos falam, assim como para afirmar que são mudos.

Ao longo do trabalho, as discussões sobre a questão título – “os objetos falam?” - levam-nos a respondê-la positivamente, assumindo que os objetos falam, e que os livros abordados como objetos têm mais a dizer que seu conteúdo impresso. Como ressaltado na introdução, o verbo “falar” deve ser compreendido aqui em sentido figurado.

Em termos quase filosóficos e epistêmicos, o livro, como algo manufaturado, é um objeto não necessariamente subordinado ao texto. É sempre o texto que dá vida e razão ao livro? Não é possível ocorrer o contrário? Ou haveria aí uma relação de mútua dependência?

Afirmar que objetos falam por si, entretanto, é ainda mais problemático, e pode ser um alibi para que curadores de exposição se eximam da responsabilidade de seu próprio discurso. Cremos que esta é a principal razão para a cautela sobre essa questão, especialmente no âmbito de estudos sobre museus. Discursos expositivos são assinados e datados.

Defendemos, entretanto, o reconhecimento de que objetos – categoria estendida aos livros – desempenham funções comunicativas, e que essa função ultrapassa sua função original. Os livros – abordados como objetos – são capazes de expressar mais que seu conteúdo impresso.

Objetos desempenham um “papel central [...] nos processos de rememoração”. A constatação de que um objeto frequentemente sobrevive a “seus produtores e usuários originais [...] já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente” (MENESES, 1998, p.21). “As coleções são representações de memória, e trazem em si valores atribuídos por seus colecionadores. [...]” (RIBEIRO, 2010, p.6). Colecioná-los é, portanto, lutar contra a dispersão e o esquecimento.

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. Introdução. In: APPADURAI, Arjun (org). **A Vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BENJAMIN, Walter. O Colecionador. In: BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 237-246.

BOUDON, Pierre. Sobre um estatuto do objeto: diferenciar o objeto do objeto. In: MOLES et al. **Semiologia dos objetos**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 88-126.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de Campos. **Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)**. Lisboa: Caleidoscópio, 2015.

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CARDOSO, Rafael. O início do design de livros no Brasil. In: CARDOSO, Rafael (org.). **O design brasileiro antes do design**. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 160-196.

ESCARPIT, Robert. **La révolution du livre**. 2. ed. Paris: UNESCO, 1967.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: EDUSP, 2017.

GALBRAITH, Steven K; SMITH, Geoffrey D. **Rare book librarianship: an introduction and guide**. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2012.

JOHNS, Adrians. **Piracy: the intellectual property wars from Gutenberg to Gates**. Chicago: University Chicago Press, 2009.

JOHNS, Adrians. **The Nature of the book: print and knowledge in the Making**. Chicago: University Chicago Press, 1998.

McKITTERICK, David. **The invention of rare books: private interest and public memory, 1600-1840**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998. p. 89-103.

MOLES, Abraham. Objeto e comunicação. In: MOLES, Abraham et al (org.). **Semiologia dos objetos**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 9-41.

MOLES, Abraham. **Teoria dos Objetos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

PEARCE, Susan M. **Museums, objects and collections: a Cultural Study**. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1992.

PEARCE, Susan M. Objects as meaning; or narrating the past. In: PEARCE, Susan M. (org.). **Interpreting objects and collections**. London: Routledge, 1994. p. 19-29.

PEARSON, David. **Provenance research in book history: a handbook**. London: The British Library, 1998.

PLAZA, Júlio. O livro como forma de arte. **Revista Arte em São Paulo**, n. 6, 1982. p. 2-17.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p.51-86.

POULAIN, Martine. **Des livres spoliés durant la Seconde Guerre mondiale déposés dans les bibliothèques**: une histoire à connaître et à honorer. Bulletin des Bibliothèques de France, n. 4, jan. 2015. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2015-04-0176-001.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Manias, Trecos, Objetos e Coleção – Memória, descarte e velhice nas narrativas quadrinísticas de Urbano, o Aposentado. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, 14. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010. Disponível em: <[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276700719\\_ARQUIVO\\_anpuh2010textocompleto.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276700719_ARQUIVO_anpuh2010textocompleto.pdf)>. Acesso em: 01. jul. 2019.

SILVEIRA, Paulo. **A página violada**: da ternura à injúria na construção do livro de artista. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

SMITH, Margaret M. **The title-page**: its early development, 1460-1510. London: British Library, 2000.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

STODDARD, Roger. Marks in books: illustrated and explained. Houghton Library, Harvard University, 1985 apud TANSSELLE, G. Thomas. **Bibliographical Analysis: a historical introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

STOKES, Roy. **Esdaile's manual of bibliography**. Firth revised edition. New York: Scarecrow Press, 1981.

TANSSELLE, G. Thomas. **Bibliographical Analysis**: a historical introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

THOMPSON, John B. **Mercadores de cultura**: o mercado editorial no século XXI. Tradução: Alzira Allegro. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.